

STJ00115564

# TRATADO DE DIREITO EMPRESARIAL

COORDENAÇÃO  
MODESTO CARVALHOSA

VII

## DIREITO CONCORRENCIAL

3ª edição revista, atualizada e ampliada

JOSÉ INÁCIO GONZAGA FRANCESCHINI  
VICENTE BAGNOLI

THOMSON REUTERS

REVISTA DOS  
TRIBUNAIS™



*Diretora de Conteúdo e Operações Editoriais*

**JULIANA MAYUMI ONO**

*Gerente de Conteúdo*

**ANDRÉIA R. SCHNEIDER NUNES CARVALHAES**

*Editorial:* Aline Marchesi da Silva, Camilla Sampaio, Emanuel Silva, Karolina de Albuquerque Araújo Martino e Quênia Becker

*Gerente de Conteúdo Tax:* Vanessa Miranda de M. Pereira

*Direitos Autorais:* Viviane M. C. Carmezim

*Assistente de Conteúdo Editorial:* Juliana Menezes Drumond

*Analista de Conteúdo Editorial Júnior:* Bárbara Baraldi

*Estagiários:* Ana Carolina Francisco e Francisco Prado

*Produção Editorial*

*Gerente de Conteúdo*

**MILISA CRISTINE ROMERA**

*Especialistas Editoriais:* Gabriele Lais Sant'Anna dos Santos e Maria Angélica Leite

*Analista de Projetos:* Tnyara Pina da Silva

*Analistas de Operações Editoriais:* Caroline Vieira, Damares Regina Felício, Danielle Castro de Moraes, Mariana Plastino Andrade, Mayara Macioni Pinto e Patrícia Melhado Navarra

*Analistas de Qualidade Editorial:* Ana Paula Cavalcanti, Fernanda Lessa, Gabriela Cavalcante Lino e Victória Menezes Pereira

*Estagiários:* Beatriz Hammond e Caroline Dubovicki

*Capa:* Brenno Stolagli Teixeira

*Adaptação de Capa:* Linotec

*Lider de Inovações de Conteúdo para Print*

**CAMILIA FUREGATO DA SILVA**

*Equipe de Conteúdo Digital*

*Coordenação*

**MARCELLO ANTONIO MASTROROSA PEDRO**

*Analistas:* Gabriel George Martins, Jonatan Souza, Maria Cristina Lopes Araujo e Rodrigo Araujo

*Gerente de Operações e Produção Gráfica*

**MAURICIO ALVES MONTE**

*Analistas de Produção Gráfica:* Aline Ferrarezzi Regis e Jéssica Maria Ferreira Bueno

*Assistente de Produção Gráfica:* Ana Paula de Araújo Evangelista

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)**  
**(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)**

---

Franceschini, José Inácio Gonzaga  
Direito Concorrencial / José Inácio Gonzaga Franceschini e Vicente Bagnoli. 3. ed. rev., atual. e ampl. -- São Paulo : Thomson Reuters Brasil, 2022. -- (Coleção Tratado de Direito Empresarial ; v. 7 / coordenação Modesto Carvalhosa)

Bibliografia.

ISBN 978-65-260-0655-9

1. Concorrência 2. Direito econômico I. Bagnoli, Vicente. II. Carvalhosa, Modesto. III. Título. IV. Série.

22-127712

CDU-34:33 381.81

---

**Índices para catálogo sistemático:**

1. Direito concorrencial : Direito econômico 34:33:381.81  
Cibele Maria Dias Bibliotecária - CRB-8/9427

## SUMÁRIO

ESTRUTURA DA COLEÇÃO.....	5
APRESENTAÇÃO DO COORDENADOR.....	7
CRONOLOGIA DE FATOS MARCANTES DA CARREIRA DE MODESTO SOUZA BARROS CARVALHOSA .....	9
NOTA DOS AUTORES.....	13
SOBRE OS AUTORES.....	21
CAPÍTULO I – CONCEITOS FUNDAMENTAIS.....	41
1. Introdução .....	43
2. Definição e Taxinomia.....	48
3. Política de Concorrência e Desenvolvimento .....	83
CAPÍTULO II – EVOLUÇÃO HISTÓRICA DO DIREITO DA CONCORRÊNCIA.....	87
1. Abordagens do Direito da Concorrência a partir da História.....	89
1.1 A Concorrência antes do Capitalismo .....	89
1.1.1 A Antiguidade Clássica.....	90
1.1.2 A Idade Média .....	93
1.2 A Concorrência a partir do Surgimento do Capitalismo...	96
1.2.1 A Idade Moderna .....	97

1.2.2	O Iluminismo .....	99
1.2.3	As Revoluções Liberais .....	100
1.2.4	A Revolução Francesa: Ruptura Social.....	101
1.2.5	A Revolução Industrial: Ruptura Econômica.....	102
1.2.6	A Quarta Revolução Industrial.....	106
1.3	As Escolas do Direito da Concorrência.....	107
1.3.1	Estados Unidos: Escolas de Harvard e Chicago ...	107
1.3.2	União Europeia: Escola Ordoliberal.....	117
1.3.3	Canadá: A Primeira Lei Concorrencial .....	124
1.3.4	Concorrência em Economias de Estado.....	125
1.3.5	O movimento 'hipster' antitruste ou neobrandeisiano .....	132
2.	Abordagem Histórica do Direito da Concorrência no Brasil.....	139
2.1	A Concorrência no Brasil até 1822.....	140
2.1.1	O Descobrimento do Brasil .....	140
2.1.2	O Brasil Colônia.....	140
2.1.3	A Família Real no Brasil .....	142
2.2	O Brasil após a Proclamação da Independência.....	144
2.2.1	O Brasil Império.....	144
2.2.2	O Brasil República .....	148
2.2.2.1	A República Velha.....	148
2.2.2.2	A Segunda República.....	150
2.2.2.3	O Período Militar .....	158
2.2.2.4	A Nova República .....	161
2.2.2.5	A Bernarda Jurídica de 2013: A Illegal Adoção da Figura Alienígena do Direito Consuetudinário europeu da Infração "Por Objeto" .....	175

CAPÍTULO III – TEORIA GERAL DO DIREITO NO DIREITO DA  
CONCORRÊNCIA – BREVES APONTAMENTOS..... 183

1.	Introdução .....	185
----	------------------	-----

2. Embasamento constitucional.....	186
3. Hermenêutica.....	203
4. Direito intertemporal .....	213
CAPÍTULO IV – SISTEMA BRASILEIRO DE DEFESA DA CONCORRÊNCIA – SBDC .....	223
1. Introdução .....	225
2. Conselho Administrativo de Defesa Econômica – Cade.....	227
2.1 Natureza Jurídica .....	230
2.2 Estrutura Organizacional e Competência do Cade .....	237
2.2.1 Tribunal Administrativo de Defesa Econômica ....	238
2.2.2 Superintendência-Geral .....	264
2.2.3 Procuradoria Federal Especializada junto ao Cade.....	278
2.2.4 Departamento de Estudos Econômicos.....	280
2.3 Competência.....	281
2.3.1 Competência <i>Ratione Materiae</i> .....	281
2.3.2 Competência <i>Ratione Personae</i> .....	287
2.3.3 Competência <i>Ratione Loci</i> .....	292
3. Responsabilidade penal-econômica solidária .....	294
4. Conflitos e relações com agências reguladoras.....	308
4.1 O conflito de competência entre Cade e Bacen .....	328
4.2 Fusões e agências reguladoras e autoridades de concorrência.....	345
5. Autoridade estadual de concorrência .....	346
6. Secretaria de Advocacia da Concorrência e Competitividade (SEAE/ME) da Secretaria Especial de Produtividade, Emprego e Competitividade (SEPEC) do Ministério da Economia.....	347
7. Ministério Público Federal junto ao Cade .....	357
8. Fóruns de direito da concorrência .....	360

CAPÍTULO V – CONDUTAS ANTICONCORRENCIAIS.....	365
1. Introdução .....	367
2. Repressão a condutas anticoncorrenciais na lei concorrencial ...	371
2.1 O art. 36 da Lei Concorrencial .....	373
2.1.1 A natureza dos ilícitos concorrenciais e a responsabilidade dos agentes. ....	374
2.1.1.1 Evolução da Matéria e Retrocesso Jurídico .....	381
2.1.1.2 O Direito .....	399
2.1.1.3 A Lei .....	408
2.1.1.4 Da <i>mihi factum, dabo tibi ius</i> .....	416
2.1.2 A responsabilidade concorrencial dos agentes econômicos .....	438
2.2 Os incisos do <i>caput</i> do art. 36 da Lei Concorrencial – Infrações-Fim.....	446
2.2.1 Limitar, falsear ou de qualquer forma prejudicar a livre concorrência ou a livre iniciativa .....	448
2.2.2 Dominar mercado relevante de bens ou serviços....	449
2.2.3 Aumentar arbitrariamente os lucros .....	451
2.2.4 Exercer de forma abusiva posição dominante .....	452
2.2.4.1 Casuística do abuso de posição dominante .....	456
2.3 O rol exemplificativo do art. 36 da Lei Concorrencial – Infrações-meio .....	460
2.3.1 Condutas concertadas (cartel e práticas coletivas) – Inteligência das infrações-meio do art. 36, § 3º, incs. I e II, da Lei Concorrencial.....	464
2.3.1.1 O Cartel clássico – Inteligência e Casuística do inc. I do § 3º do art. 36 da Lei Concorrencial: “ <i>acordar, combinar,                         manipular ou ajustar com concorrente,                         sob qualquer forma</i> ” .....	481

2.3.1.1.1	Acordo de Preços e Volume – Art. 36, § 3º, inc. I, a e b, da Lei Concorrencial – O Papel das Entidades de Classe ....	485
2.3.1.1.2	Divisão de Mercado – Art. 36, § 3º, inc. I, c, da Lei Concorrencial .....	490
2.3.1.1.3	Fraude em Licitação Pública – Art. 36, § 3º, inc. I, d, da Lei Concorrencial.....	493
2.3.1.2	O Cartel Tácito – Inteligência e Casuística do inc. II do § 3º do art. 36 da Lei Concorrencial .....	504
2.3.1.2.1	Paralelismo Consciente e Paralelismo <i>plus</i> .....	515
2.3.1.3	O Crime de Cartel – Inteligência do art. 4º, incs. I e II, da Lei 8.137, de 27.12.1990 – Princípio Primário.....	518
2.3.1.4	Casuística em Matéria de Cartéis Clássicos .....	522
2.3.1.5	Colusão vertical .....	525
2.3.1.6	Cartel (colusão) <i>hub-and-spoke</i> .....	530
2.3.1.7	Cartéis e algoritmos .....	531
2.3.2	Condutas unilaterais – Inteligência das infrações-meio arroladas nos incs. III a XIX do art. 36, § 3º, da Lei Concorrencial .....	535
2.3.2.1	Limitação ou Impedimento de Acesso a novas Empresas ao mercado ( <i>market foreclosure</i> ) – Inteligência e Casuística do art. 36, § 3º, inc. III, da Lei Concorrencial .....	540
2.3.2.2	Criação de dificuldades à constituição, ao funcionamento ou ao desenvolvimento de empresa	

	concorrente ou de fornecedor, adquirente ou financiador de bens ou serviços – Inteligência e Casuística do art. 36, § 3º, inc. IV, da Lei Concorrencial...	542
2.3.2.2.1	Cláusulas de não concorrência .....	547
2.3.2.2.2	Aumento do Custo de Rival .....	556
2.3.2.3	Impedimento de acesso de concorrente às fontes de insumos, matérias-primas, equipamentos ou tecnologia, bem como aos canais de distribuição – Inteligência e Casuística do art. 36, § 3º, inc. V, da Lei Concorrencial .....	558
2.3.2.4	Exigência de exclusividade ou concessão desta para divulgação de publicidade nos meios de comunicação de massas – Inteligência do art. 36, § 3º, inc. VI, da Lei Concorrencial .....	561
2.3.2.5	Utilização de meios enganosos para provocar a oscilação de preços de terceiros – Inteligência do art. 36, § 3º, inc. VII, da Lei Concorrencial.....	562
2.3.2.6	Regulação de mercado de bens ou serviços, estabelecendo-se acordos para limitar ou controlar a pesquisa e o desenvolvimento tecnológico, a produção de bens ou prestação de serviços ou para dificultar investimentos destinados à produção de bens ou serviços ou à sua distribuição – Inteligência e Casuística do art. 36, § 3º, inc. VIII, da Lei Concorrencial.....	562
2.3.2.7	Imposição, no comércio de bens ou serviços, a distribuidores, varejistas e	



	representantes, preços de revenda, descontos, condições de pagamento, quantidades mínimas ou máximas, margem de lucro ou quaisquer outras condições de comercialização relativas a negócios destes com terceiros – Inteligência e Casuística do art. 36, § 3º, inc. IX, da Lei Concorrencial.....	564
2.3.2.7.1	Sugestão de Preço de Revenda .....	571
2.3.2.8	Discriminação de adquirentes ou fornecedores de bens ou serviços por meio de fixação diferenciada de preços, ou de condições operacionais de venda ou prestação de serviços – Inteligência e Casuística do art. 36, § 3º, inc. X, da Lei Concorrencial.....	575
2.3.2.9	Recusa de venda de bens ou de prestação de serviços, dentro das condições de pagamento normais aos usos e costumes comerciais – Inteligência e Casuística do art. 36, § 3º, inc. XI, da Lei Concorrencial.....	579
2.3.2.10	Dificultação ou rompimento da continuidade ou desenvolvimento de relações comerciais de prazo indeterminado em razão de recusa da outra parte em submeter-se a cláusulas e condições comerciais injustificáveis ou anticoncorrenciais – Inteligência e Casuística do art. 36, § 3º, inc. XII, da Lei Concorrencial.....	585
2.3.2.11	Destruição, inutilização ou açambarcamento de matérias-primas, produtos intermediários ou acabados, assim como destruição, inutilização ou dificultação da operação de equipamentos destinados a produzi-los, distribuí-los	

	ou transportá-los – Inteligência e Casuística do art. 36, § 3º, inc. XIII, da Lei Concorrencial.....	586
2.3.2.12	Açambarcamento ou impedimento de exploração de direitos de propriedade industrial ou intelectual ou de tecnologia – Inteligência e Casuística do art. 36, § 3º, inc. XIV, da Lei Concorrencial.....	588
2.3.2.13	Venda de mercadoria ou prestação de serviços injustificadamente abaixo do preço de custo – Inteligência e Casuística do art. 36, § 3º, inc. XV, da Lei Concorrencial.....	590
2.3.2.14	Retenção de bens de produção ou de consumo, exceto para se garantir a cobertura dos custos de produção – Inteligência e Casuística do art. 36, § 3º, inc. XVI, da Lei Concorrencial .....	603
2.3.2.15	Cessação Parcial ou total das atividades de empresa sem justa causa comprovada – Inteligência e Casuística do art. 36, § 3º, inc. XVII, da Lei Concorrencial.....	605
2.3.2.16	Subordinação da venda de um bem � aquisição de outro ou � utilização de um serviç�o, ou subordinação da prestação de um serviç�o � utilização de outro ou � aquisição de um bem – Inteligência e Casuística do art. 36, § 3º, inc. XVIII, da Lei Concorrencial .....	606
2.3.2.17	Exercício ou exploração abusiva de direitos de propriedade industrial, intelectual, tecnologia ou marca – Inteligência e Casuística do art. 36, § 3º, inc. XIX, da Lei Concorrencial .....	612
2.3.3	Outras Infrações-Meio admitidas pelo art. 36, § 3º da Lei Concorrencial .....	626
2.3.3.1	Cláusulas de Exclusividade.....	627

2.3.3.2	Litigância de má-fé com efeitos anticoncorrenciais .....	644
2.3.3.3	Troca de Informações Concorrencialmente Sensíveis .....	649
2.3.3.4	Iniciativas estatais limitadoras da competição .....	661
2.3.3.5	Pagar para Não Concorrer ( <i>pay-for-delay</i> ) .....	668
2.3.3.6	Cobrimos Qualquer Oferta ( <i>Most Favored Nation Clauses</i> ) .....	668
2.3.3.7	Abuso de Posição Dominante em Mercado de Dois Lados ( <i>two-sided markets</i> ) .....	669
2.3.3.8	Espremer a Margem de Lucro ( <i>margin squeeze</i> ) .....	671
2.3.3.9	Limitações Verticais no Mercado Online ( <i>online vertical restraints</i> ) .....	671
2.3.3.10	Cláusula de paridade de preços ( <i>price parity clauses</i> ) .....	672
2.4	Inter-relação das Legislações Concorrencial e de Proteção de Dados .....	675
2.4.1	Introdução ao tema .....	675
2.4.1.1	Considerações gerais .....	675
2.4.2	Conceitos Normativos e Regime Jurídico .....	681
2.4.2.1	Legislação Concorrencial .....	681
2.4.2.2	Legislação de Proteção de Dados .....	684
2.4.2.3	Regime Jurídico .....	685
2.4.3	Interação Normativa .....	687
2.4.3.1	Convergências e Conflitos Axiológicos ...	687
2.4.3.2	Convergências e Conflitos Casuísticos ...	690
2.4.3.2.1	Cooperação institucional ...	694
2.4.4	Considerações Finais .....	696

2.5	Direito Concorrencial e o Mercado de Trabalho .....	697
2.5.1	Introdução .....	697
2.5.2	Progênie .....	699
2.5.3	Pressupostos de Procedibilidade.....	702
2.5.4	Do Divórcio dos Fundamentos Fáticos e Jurídicos e da Realidade Empírica entre os Estados Unidos e o Brasil.....	706
2.5.4.1	A experiência de Portugal .....	712
2.5.5	Da Inconstitucionalidade Sistêmica da Intervenção do Cade na Área Trabalhista e Ofensa aos Princípios da Legalidade, Reserva Legal e Tipicidade.....	713
2.5.6	Incompetência <i>ratione materiae</i> do Cade .....	717
2.5.7	Risco de Ineficiências Alocativas Decorrentes do Aumento de Precificação do “Custo Brasil” .....	724
CAPÍTULO VI – PROCESSOS ADMINISTRATIVOS.....		727
1.	Teoria Geral do Processo Penal-Econômico Concorrencial.....	729
1.1	O Processo “Econômico” Concorrencial .....	730
2.	A Cláusula Devido Processo Legal no Processo Penal- -Econômico Concorrencial.....	734
2.1	Do Dever de Cooperação de Todos os Sujeitos do Processo.....	741
3.	Jurisdição e Competência.....	743
4.	Partes e Intervenção de Terceiros .....	753
5.	Representação .....	760
6.	Sigilo .....	770
7.	Espécies.....	777
7.1	Procedimento preparatório de inquérito administrativo para apuração de infrações à ordem econômica.....	778
7.2	Inquérito administrativo para apuração de infrações à ordem econômica .....	787

7.3	Processo administrativo para imposição de sanções administrativas por infrações à ordem econômica .....	794
7.3.1	Pressupostos e Instauração da Instância .....	794
7.3.2	Do Desmembramento do Processo Administrativo .....	812
7.3.3	Da Fase de Conhecimento do Processo Administrativo .....	819
7.3.3.1	Atos e Formalidades Processuais.....	821
7.3.3.2	Da Enganosidade ou Falsidade .....	826
7.3.3.3	Instrução Processual.....	832
7.3.4	Julgamento no Tribunal Administrativo.....	851
7.4	Processos Acessórios.....	865
7.4.1	Mandado de Busca e Apreensão .....	866
7.5	Medidas Preventivas .....	876
7.6	Processos Incidentais.....	882
7.6.1	Incidente da Avocação .....	882
7.7	Procedimentos Especiais.....	889
7.7.1	Programa de Leniência .....	889
7.7.2	Compromisso de Cessação.....	901
7.8	Processo Administrativo no Controle de Atos de Concentração Econômica .....	927
7.8.1	Pressupostos e Requisitos de Procedibilidade ...	927
7.8.2	O Sistema Brasileiro de Aprovação Prévia – O Abantesma da Consumação Prévia de Atos de Concentração ( <i>Gun jumping</i> ) .....	979
7.8.2.1	Procedimento de Análise.....	1002
7.8.2.2	Metodologia de Análise .....	1014
7.8.2.2.1	Análise de Atos de Concentração por Integração Vertical.....	1020
7.8.2.2.2	Análise de Atos de Concentração Horizontal ...	1027

7.8.2.3	Análise da Estrutura do Mercado .....	1028
7.8.2.4	Análise da Conduta de Mercado (Probabilidade de Exercício de Poder de Mercado).....	1038
7.8.2.5	Análise do Desempenho (Eficiências)...	1056
7.8.2.5.1	A Teoria da Empresa Insolvente.....	1063
7.8.2.6	Aprovação e Condicionantes .....	1068
7.8.2.7	Acordo em Controle de Concentração ...	1086
7.8.2.7.1	Pressupostos.....	1086
7.8.2.7.2	Procedimento .....	1088
7.8.2.7.3	Diretrizes .....	1094
7.8.2.7.4	Monitoramento. Ilegalidade da Nomeação de Agente Fiduciário (Trustee).....	1097
7.8.2.7.5	Cumprimento e Revisão de ACCs .....	1102
7.8.3	A era da informática: Economia Digital e sua interação com a Economia Comportamental – Novos Conceitos: Integrações Não Horizontais e Fusões Conglomeradas .....	1103
7.8.3.1	A Era do <i>Big Data</i> .....	1103
7.8.3.2	O mercado publicitário .....	1113
7.8.3.2.1	Conceito no Direito Concorrencial .....	1113
7.8.3.2.2	Dinâmica competitiva .....	1113
7.8.3.2.3	O Marco Normativo.....	1114
7.8.3.2.4	Os Paradigmas Clássicos ...	1115
7.8.3.3	O “novo mundo” da economia digital na publicidade.....	1116
7.8.3.3.1	Dinâmica do mercado .....	1117

	7.8.3.3.2	Preocupações concorrenciais.....	1119
	7.8.3.4	Anacronismo da metodologia de submissão e análise de Atos de Concentração .....	1120
	7.8.3.4.1	Critérios de notificação obrigatória .....	1120
	7.8.3.4.2	Metodologia de análise .....	1121
	7.8.3.5	Integrações Verticais .....	1134
	7.8.3.6	Economia Digital e Condutas Anticompetitivas .....	1136
	7.8.3.7	A intervenção estatal: da perplexidade à cautela – riscos e limites .....	1138
	7.8.3.8	Interação com a Economia Comportamental.....	1140
7.9		Procedimento Administrativo para Apuração de Ato de Concentração.....	1142
7.10		Processo Administrativo para Imposição de Sanções Processuais Incidentais.....	1147
	7.10.1	Da Recusa, Omissão ou Retardamento Injustificado (na prestação de) Informação ou (na apresentação de) Documentos.....	1149
7.11		Restauração dos Autos .....	1150
7.12		Consulta.....	1153
8.		Prescrição e Princípio da Utilidade .....	1155
	8.1	Conceito e Princípios Gerais .....	1155
	8.2	Prescrição da Ação.....	1159
	8.2.1	Prescrição Originária.....	1159
	8.2.2	Prescrição Intercorrente.....	1178
	8.3	Prescrição da Pena .....	1191
	8.4	Responsabilidade Funcional .....	1192
9.		O Cade na Justiça Comum.....	1194
	9.1	Execução .....	1194

9.2	Controle Judicial .....	1207
9.2.1	Entropia Jurídica: a Decisão do STF – o Óbvio e Perigoso <i>Error in iudicando</i> (Estudo de Caso) .....	1225
9.2.2	Acordos Judiciais .....	1237
10.	Outras formas de controle externo: o Tribunal de Contas da União (TCU) .....	1245
11.	Intervenção Judicial .....	1249
12.	Direito de Ação: Ação Civil Pública e Ação Reparatória de Dano Concorrencial (ARDC).....	1254
12.1	Introdução .....	1254
12.2	Notas sobre a Ação Civil Pública.....	1260
12.3	ARDC: Pressupostos .....	1260
12.4	ARDC: Elemento Subjetivo .....	1265
12.5	ARDC: Prescrição da Ação Privada Indenizatória .....	1267
13.	Interação entre o Direito Concorrencial e o Direito Penal: o Princípio do <i>Ne Bis in Idem</i> .....	1270
CAPÍTULO VII – SANÇÕES .....		1275
1.	Introdução .....	1277
2.	Sanções por infrações à ordem econômica .....	1281
2.1	Penas Principais ou Sanções-fim .....	1287
2.2	Penas Acessórias ou Sanções-meio .....	1335
2.3	Medidas de Segurança e Sanções Voluntárias.....	1342
3.	Sanções civis.....	1348
4.	Sanções criminais – Princípio secundário do art. 4º, incs. I e II, da Lei 8.137, de 27.12.1990.....	1349
5.	Sanções pela não apresentação de atos de concentração .....	1355
6.	Sanções incidentais .....	1363
7.	Legislação correlata.....	1364
7.1	Sanções Criminais .....	1365



7.1.1	Associação Criminosa .....	1365
7.1.2	Lei de Licitações Públicas .....	1365
7.2	Sanções Administrativas e Cíveis .....	1366
7.2.1	Lei Anticorrupção e Código de Defesa do Consumidor .....	1366
	BIBLIOGRAFIA.....	1369